

Doc. 8



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Água Branca
Rua Barão de Água Branca, s/nº, Centro - CEP 57490-000, Fone: 3644-1338, Água Branca-AL - E-mail:
aguabranca@tjal.jus.br

Autos nº 0700373-37.2020.8.02.0202

Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: Maria do Carmo Norberto Guedes

Réu: Bradesco Promotora

SENTENÇA

1. RELATÓRIO

Cuida-se de ação ajuizada por **MARIA DO CARMO NORBERTO DOS SANTOS** em desfavor do **BANCO BRADESCO PROMOTORA S.A.**, ambos qualificados nos autos.

Sustenta a parte autora que é aposentada como agricultora pelo INSS e recebe seu benefício em uma conta que possui junto ao Banco do Brasil, sendo que passou a perceber que o benefício da requerente estava sendo creditado em um valor inferior ao que realmente deveria.

Asseverou que em dezembro de 2020 entrou em contato com o banco onde recebe seu benefício e também com o INSS, tendo obtido a informação de que os descontos em seu benefício são decorrentes de um suposto empréstimo consignado feito junto à instituição financeira ré, no valor de R\$ 4.898,53 (quatro mil e oitocentos e noventa e oito reais e cinquenta e três centavos), parcelado em 72 (setenta e duas) vezes no valor de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), com data de inclusão em 23/05/2015, com início dos descontos no mês de junho de 2015 e término em maio de 2021.

Afirma a parte autora que nunca contratara o empréstimo aludido com a instituição financeira ré e não sabe como a mesma conseguiu incluir os descontos diretamente junto ao INSS.

Pediu liminarmente a concessão da tutela provisória de urgência para que cessem os descontos supostamente indevidos em seu benefício previdenciário. Ao final, requereu a procedência da demanda para o fim declarar a nulidade do contrato de empréstimo consignado nº 804247572, bem como condenar o réu ao pagamento de danos morais e repetição de indébito.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 13/23.

Tutela provisória indeferida às fls. 24/25.

Regularmente citada, a instituição financeira demandada apresentou contestação às fls. 84/101. Em sua defesa, preliminarmente ventilou ausência de interesse de agir, bem como suscitou a incompetência dos juizados especiais cíveis. Impugnou a concessão da gratuidade da justiça e no mérito propriamente dito pugnou pela improcedência da demanda aduzindo que a parte autora firmou com a instituição financeira um contrato de empréstimo consignado.



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Água Branca
Rua Barão de Água Branca, s/nº, Centro - CEP 57490-000, Fone: 3644-1338, Água Branca-AL - E-mail:
aguabranca@tjal.jus.br

Em audiência de conciliação, as partes não chegaram a um acordo, oportunidade em que a parte autora impugnou os termos da contestação.

Intimadas as partes para indicarem as provas que pretendem produzir (fls. 109; 110/111), a parte demandada requereu a realização de perícia papiloscópica (fl. 112) e a parte autora se manteve inerte.

Em seguida, vieram-me os autos conclusos.

É o que importa relatar. Fundamento e Decido.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O caso em exame dispensa dilação probatória, comportando julgamento no estado em que se encontra, conforme autoriza o art. 355, I do CPC, uma vez que a matéria de fundo está demonstrada nos autos pelos elementos de convicção de natureza documental e, ainda, pelas alegações e omissões das próprias partes, comportamentos relevantes para os fins a que se presta a jurisdição.

Não obstante o requerimento da parte demandada para oficiar o Banco do Brasil para informar se a demandada recebeu os valores do empréstimo, entendo desnecessária a realização dessa diligência, porquanto os documentos juntados aos autos são suficientes à formação do convencimento deste juízo.

Apesar, também, de ter sido requerido pelo banco réu o depoimento pessoal da parte autora e a realização de prova pericial, verifico que no presente caso tais provas não se fazem necessária para a conclusão deste julgamento, sendo apenas diligências procrastinatórias, especialmente porque a parte ré não apresentou a cópia do suposto contrato de empréstimo consignado que poderia revelar, a priori, a suposta existência da relação jurídica objeto da presente demanda.

Registre-se, a propósito, que nos termos do art. 370, do CPC, “caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias.”

Conforme lições do festejado CÁSSIO SCARPINELLA BUENO, “o julgamento antecipado da lide justifica-se quando o juiz está convencido de que não há necessidade de qualquer outra prova para a formação de sua cognição sobre quem, autor ou réu, será tutelado pela atuação jurisdicional. Em termos mais técnicos, o julgamento antecipado da lide acaba por revelar a desnecessidade da realização da fase instrutória, suficientes as provas eventualmente já produzidas até então com a petição inicial, com a contestação e, bem assim, com as manifestações que, porventura, tenham sido apresentadas por força das providências preliminares, é dizer, ao ensejo da fase ordinatória” (in Curso Sistematizado de Direito Processual Civil, v. 2, t. 1, ed. Saraiva, p. 219).

Nesse mesmo rumo, segue a jurisprudência do egrégio Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais de Justiça Estaduais, conforme se depreende dos seguintes arestos:



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Água Branca
Rua Barão de Água Branca, s/nº, Centro - CEP 57490-000, Fone: 3644-1338, Água Branca-AL - E-mail:
aguabranca@tjal.jus.br

[...] Não há falar em cerceamento do direito de defesa em hipóteses tais em que o julgador, destinatário final das provas, dispensa a produção daquelas que julga impertinentes, formando sua convicção com aquelas já constantes nos autos e, nesta medida, julga antecipadamente a lide, como sucede in casu.

[...] (STJ, REsp 1120140/MG (2009/0016163-4), TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, j. 06/10/2009, DJe 23/10/2009)[...] Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder. (STJ-4ª turma, Resp 2.832-RJ, DJU 17.9.90, p. 9.513

“Inexiste cerceamento de defesa na hipótese em que se indefere a dilação probatória vez que desnecessária. A prova é endereçada ao julgador para que forme seu convencimento e está adstrita a sua utilidade, consagrando a legislação processual pátria, nos artigos 125, inc. II e 130 do CPC o dever do juiz "de velar pela rápida solução do litígio" e indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias. (STJ, REsp nº 919656/DF, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, j. 04.11.2010)

“O Juiz somente está obrigado a abrir a fase instrutória se, para o seu convencimento, permaneceram os fatos controvertidos, pertinentes e relevantes, passíveis de prova testemunhal ou pericial” (JUTACSP Lex140/285, Rel. Boris Kauffman).

“O julgamento antecipado da lide, por si só, não caracteriza cerceamento de defesa, já que cabe ao magistrado apreciar livremente as provas dos autos, indeferindo aquelas que considere inúteis ou meramente protelatórias” (STJ, 3.ª Turma, REsp n.º 251.038/SP, Rel. Min. CastroFilho, j.18.2.2003)

2.1 Das Preliminares

Existem questões preliminares e prejudiciais que necessitam ser enfrentadas antes do exame do mérito propriamente dito.

2.1.1 Preliminar de Incompetência dos Juizados Especiais

Inicialmente afasto a preliminar de incompetência suscitada, sendo este órgão competente para julgamento da lide, porquanto a demanda não envolve qualquer complexidade probatória e os fatos poderão ser suficientemente comprovados por documentos.

Observo, neste particular, que no presente caso sequer foi acostado aos



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Água Branca
Rua Barão de Água Branca, s/nº, Centro - CEP 57490-000, Fone: 3644-1338, Água Branca-AL - E-mail:
aguabranca@tjal.jus.br

autos a cópia do suposto contrato de empréstimo consignado, sendo, à toda evidência, despicienda a realização de perícia grafotécnica para analisar suposta assinatura da parte autora.

2.1.2 Preliminar da falta de interesse de agir

O réu sustenta a falta de interesse de agir alegando que o autor não o procurou com o intuito de solucionar extrajudicialmente a demanda.

Sem maiores delongas, rejeito também esta preliminar suscitada, pois pelo princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, da CF) a parte pode ingressar em juízo diante de ameaça ou lesão a direito, sem necessidade de prévio requerimento administrativo ou de tentativa extrajudicial de acordo.

2.1.3 Impugnação à justiça gratuita

Quanto à impugnação da gratuidade da justiça, entendo que a mesma não merece acolhimento. Explico.

É cediço que a gratuidade da justiça é um benefício concedido por lei, isentando a pessoa natural ou jurídica do pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios, nos casos de insuficiência econômica.

No caso em exame, sob as penas da lei, a parte autora declarou a hipossuficiência econômica para suportar as despesas processuais.

O § 2º, do art. 99 do CPC estabelece que: "*Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.*"

O § 3º, do art. 99 do CPC prescreve que o juiz somente poderá indeferir o pedido de gratuidade se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, devendo antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Compulsando os autos, verifica-se que a parte autora é pessoa idosa e aposentada do INSS, recebendo um benefício previdenciário no valor de um salário mínimo, não havendo elementos que, a priori, possam afastar a presunção de veracidade da alegação de hipossuficiência que foi firmada sob as penas da lei.

Consigno, ainda, que o fato da autora estar representada por advogado, por si só, não afasta a presunção legal de hipossuficiência jurídica, conforme dicção do § 4º, do art. 99 do CPC e firme jurisprudência dos Tribunais.

Não bastasse isso tudo, registro que no primeiro grau de jurisdição dos Juizados não há ônus da sucumbência.

Entendo, portanto, que a parte impugnante não trouxe qualquer elemento



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Água Branca
Rua Barão de Água Branca, s/nº, Centro - CEP 57490-000, Fone: 3644-1338, Água Branca-AL - E-mail:
aguabranca@tjal.jus.br

de prova capaz de afastar a presunção do estado de hipossuficiência econômica da parte autora, razão pela qual rejeito a referida impugnação e mantenho os benefícios da gratuidade da Justiça que fora deferido às fls. 24/25.

2.2 Do Mérito

O cerne da presente litígio diz respeito à legalidade dos empréstimos consignados realizados em nome da parte autora e à responsabilidade do banco demandado em face dos danos por ela alegados.

Destaco, logo de início, que a relação jurídica estabelecida entre a parte requerente e a parte requerida é tutelada pelo Código de Defesa do Consumidor, tendo em vista que a parte autora se enquadra no conceito de consumidor (art. 2º, *caput* do CDC) e a instituição financeira demandada se subsume ao conceito de fornecedor (art. 3º, *caput* do CDC; Súmula STJ nº 297).

Nesse diapasão, é cediço que nas ações em que o consumidor pleiteia o reconhecimento da inexigibilidade do débito, o ônus da prova de demonstrar a existência da dívida que se pretende desconstituir é atribuído ao fornecedor, caracterizando-se uma exceção à regra geral, prevista no artigo 373 do Código de Processo Civil, uma vez que não se pode exigir do consumidor - parte hipossuficiente na relação de consumo, tanto do ponto de vista econômico quanto do técnico - a realização de prova do fato negativo, qual seja, a inexistência da dívida.

E mais, sendo uma relação de consumo e havendo verossimilhança nas alegações do consumidor, como na hipótese em exame, é de se aplicar, dentre outras, a regra da ***inversão ope legis do ônus da prova***, por força do que dispõe os artigos 6º, VII, 12, § 3º, II, 14, § 3º e 38, todos do CDC.

Através do extrato emitido pelo INSS (fls. 16/17) em 01/12/2020, o qual instrui a petição inicial, denota-se a ocorrência dos descontos realizados no benefício previdenciário da parte autora em favor da instituição financeira ré, no período de 06/2015 a 05/2021, relativo a um contrato de empréstimo nº 804247572 – Situação Ativo.

A parte autora afirma na inicial que tais descontos promovidos em seu benefício previdenciário em favor do réu seriam indevidos, aduzindo que não assinou qualquer documento ou contrato que autorizasse tais descontos.

Destarte, se o aposentado/pensionista (consumidor) questiona a regularidade ou validade de eventuais descontos efetivados em seu benefício previdenciário, cabe à instituição financeira comprovar a legitimidade de sua conduta, até porque, sendo a instituição financeira detentora do monopólio de informações sobre a execução do suposto negócio jurídico firmado, terá esta maior facilidade em comprovar a exatidão de suas cobranças, ônus este que não pode ser impingido ao consumidor.



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Água Branca
Rua Barão de Água Branca, s/nº, Centro - CEP 57490-000, Fone: 3644-1338, Água Branca-AL - E-mail:
aguabranca@tjal.jus.br

Nesse particular, observa-se que a parte ré, na sua peça de defesa, limitou-se tão somente a afirmar de forma genérica que os descontos realizados no benefício previdenciário da autora seriam válidos, porque supostamente teria sido realizado um contrato entre as partes, no entanto **não juntou qualquer documento nesse sentido que corroborasse com sua tese.**

Ora, se o banco demandado afirma que o contrato foi regulamente formalizado sem qualquer vício com o cliente e que os descontos teriam sido regulares, por que não apresentou a cópia do suposto contrato assinado ?

Registre-se que no presente caso o banco demandado em nenhum momento se deu ao trabalho de trazer aos autos o suposto negócio jurídico, inclusive quando foi intimado a especificar as provas que pretendia produzir limitou-se a requerer a realização de perícia grafotécnica de algo que sequer existe nos autos para ser periciado, conforme já destacado alhures.

Na verdade, observa-se facilmente que a instituição financeira ré não juntou qualquer elemento mínimo de convicção capaz de revestir de plausibilidade suas alegações, limitando-se a defender de maneira genérica e imprecisa, a licitude de sua conduta e uma suposta litigância da autora.

Anote-se, também, que a requerida sequer comprovou que transferiu o numerário do suposto empréstimo em favor da parte autora, prova esta que seria de fácil produção pela própria instituição financeira demandada com a simples apresentação de cópia do extrato da TED ou outro documento similar.

Ademais, a parte requerida também não impugnou a alegação de fato aduzida pela parte autora nem tampouco os documentos apresentados com a inicial, aplicando-se, assim, a regra prevista no art. 341, *caput, in fine*, do Código de Processo Civil, de modo que se presumem verdadeiras as alegações feitas pela autora na inicial.

Em suma, sob qualquer ótica, considerando a conjuntura fática exposta nos autos, tenho que, de fato, a instituição financeira demandada não se desincumbiu do ônus de provar a regularidade ou legitimidade da sua conduta, nos termos do art. 333, II, do CPC, e do art. 6º, VIII do CDC.

Não bastasse a ausência do contrato, releva anotar que é fato inequívoco que a parte autora da ação é **hipervulnerável**, pois é **pessoa idosa e de baixa instrução**, o que a torna mais suscetível a fraudes e práticas abusivas nas relações de consumo, sendo presas fáceis em um mundo repleto de abusos nesse tipo de relação.

O Código de Defesa do Consumidor reconhece como hipervulneráveis os idosos, crianças, deficientes mentais, analfabetos e pessoas com saúde debilitada. A eles a proteção consumerista é ainda maior, obrigando os fornecedores a tratá-los de modo diferenciado. Justamente por isso o art. 39, inciso IV da Lei nº 8.078/90 estabelece que:

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:
[...]

IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Água Branca
Rua Barão de Água Branca, s/nº, Centro - CEP 57490-000, Fone: 3644-1338, Água Branca-AL - E-mail:
aguabranca@tjal.jus.br

vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impigir-lhe seus produtos ou serviços.

Consigne-se que, no caso dos idosos, a proteção é ainda mais reforçada pela Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), pois o art. 20 do referido Estatuto estabelece que:

Art. 20. O idoso tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Nessa linha, a jurisprudência brasileira costuma relativizar o conceito de práticas abusivas quando uma das partes é idosa, de forma a considerar sua capacidade limitada de compreensão da realidade, conforme se depreende dos seguintes julgados:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. DESÍDIA DA INSTITUIÇÃO EM REALIZAR OS DESCONTOS. ALEGAÇÃO DE VINCULAÇÃO AO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO E DE ALTERAÇÃO DE AGÊNCIA. AUSÊNCIA DOS TERMOS CONTRATUAIS. VULNERABILIDADE DO IDOSO. DEVER DE INFORMAÇÃO. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. "QUANTUM" INDENIZATÓRIO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. - Constitui ônus da instituição financeira apresentar o contrato firmado entre as partes com a cláusula que demonstre a vinculação dos descontos das prestações ao benefício previdenciário da parte autora, além do impedimento da realização desses descontos em caso de mudança de agência - **Por ser o idoso a parte mais vulnerável na relação contratual estabelecida com a instituição financeira, à luz das normas do CDC ela deve prestar informações adequadas e claras acerca do empréstimo contratado por aquele, principalmente através da formalização do contrato, visando a assegurar o equilíbrio da relação jurídica** - Se o banco deixa de proceder aos descontos das prestações alusivas ao contrato de empréstimo financeiro e solicita a negativação do nome da consumidora, indevidamente, nos órgãos de proteção ao crédito, deve reparar o dano moral que, decerto, lhe foi ocasionado - A fixação do quantum indenizatório deve obedecer aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, observados o caráter pedagógico, punitivo e reparatório daquela - Uma vez comprovada a desídia da instituição financeira em realizar os descontos no benefício previdenciário da apelante, esses devem ser realizados de forma atualizada, porém, sem a incidência de juros, conforme pactuado no contrato, por não ter sido configurada a mora. (TJ-MG - AC: 10145095589092001 MG, Relator: Aparecida Grossi, Data de Julgamento: 28/11/2019, Data de Publicação: 10/12/2019) - grifo nosso

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA. ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. DANOS MORAIS. SENTENÇA ULTRA PETITA. NULIDADE DOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. OMISSÃO. APRECIÇÃO PELO TRIBUNAL. COMPRA E VENDA DE TRAVESSEIRO VIBRATÓRIO. PAGAMENTO MEDIANTE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. IDOSOS.



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Água Branca
Rua Barão de Água Branca, s/nº, Centro - CEP 57490-000, Fone: 3644-1338, Água Branca-AL - E-mail:
aguabranca@tjal.jus.br

DEVER DE INFORMAÇÃO. NULIDADE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. [...] 6.É dever da instituição financeira observar a vulnerabilidade psicológica das pessoas idosas, em relação às condições de seu discernimento, devendo agir com maior cautela. 7.Em virtude da inversão do ônus da prova, incumbiria à instituição financeira demonstrar que foi dado inequívoco e elucidativo conhecimento aos consumidores idosos sobre as implicações jurídicas dos pactos que estavam assinando. 8.Tratando-se de relação de consumo, afigura-se inegável a existência de responsabilidade solidária e objetiva de todos que tenham contribuído, de qualquer forma, para eventuais danos experimentados pelo consumidor. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJ-GO - APL: 03506805920088090049, Relator: CARLOS HIPOLITO ESCHER, Data de Julgamento: 02/07/2019, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 02/07/2019) - grifo nosso

CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. APELAÇÃO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. ART. 557, CAPUT, DO CPC. DEMANDA INDENIZATÓRIA. CONTA DEPÓSITO PARA PERCEPÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO EM CONTA CORRENTE. COBRANÇAS DE TARIFAS BANCÁRIAS. REDUÇÃO INDEVIDA DE BENEFÍCIO. IDOSO. DIREITO À INFORMAÇÃO. ÔNUS DA PROVA. NÃO PROVIMENTO. I - A instituição financeira, na qualidade de fornecedora de serviços e produtos, não pode prevalecer-se da fraqueza ou ignorância de consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento e condição social, para impingir-lhe seus produtos e serviços, sob pena de violar francamente o constante do inciso IV do art. 39 do Código de Defesa do Consumidor ao qual está submetida; II - impõe-se às instituições financeiras o dever de esclarecer, informar e assessorar seus clientes na contratação de seus serviços, sobretudo quando se trata de pessoa idosa e de parques conhecimentos; III - quando o valor fixado no decisum, a título de compensação por danos morais causados, está de acordo com os critérios de razoabilidade e prudência que regem mensurações dessa natureza, não se justifica a excepcional intervenção da Corte Revisora para revê-lo; IV -e cabível a repetição do indébito, por restar claro nos autos que houve descontos indevidos no benefício previdenciário da apelada. Inteligência do parágrafo único do art. 42 do CDC; V - agravo regimental não provido. (TJ-MA - AGR: 0014932016 MA 0001098-14.2014.8.10.0054, Relator: CLEONES CARVALHO CUNHA, Data de Julgamento: 18/02/2016, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL) - grifo nosso

Com efeito, tratando-se de suposto contrato realizado por consumidor hipervulnerável, é evidente que a instituição financeira deve se cercar de todos os cuidados necessários para proteger pessoa nessa situação, assegurando o efetivo esclarecimento ao consumidor sobre o conteúdo e efeitos do contrato a ser celebrado, com informações claras sobre suas cláusulas, prazos, condições etc, sob pena de ferir o princípio da boa-fé objetiva.



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Água Branca
Rua Barão de Água Branca, s/nº, Centro - CEP 57490-000, Fone: 3644-1338, Água Branca-AL - E-mail:
aguabranca@tjal.jus.br

Aproveito aqui para abrir um parêntese.

Tornou-se público e notório os inúmeros abusos e fraudes cometidos por instituições financeiras, aproveitando-se da vulnerabilidade de pessoas idosas e com baixíssima instrução para oferecerem empréstimos consignados, seguros de vida e outros produtos e serviços remunerados diretamente através de descontos realizados na conta ou benefício previdenciário do consumidor. Esses fatos inclusive chamaram a atenção do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) da Secretaria Nacional do Consumidor que, recentemente, determinou a instauração de processos administrativos contra instituições financeiras por práticas abusivas contra idosos, conforme notícia amplamente divulgada na mídia.

Ávidos pelo lucro fácil, muitos bancos praticam o assédio comercial a aposentados e pensionistas e se aproveitam da vulnerabilidade dessas pessoas para realizar transações comerciais que, na prática, só beneficiam a instituição financeira. São realizados contratos de adesão, com cláusulas abusivas, sem a devida informação, especialmente em se tratando de pessoas hipervulneráveis, como são os idosos e analfabetos.

À vista de taxas supostamente atraentes, exigência de pouca documentação, prazos bem dilatados, pouca ou quase nenhuma informação, as instituições financeiras não medem esforços em captar clientes hipervulneráveis por meio dos seus correspondentes / agentes / corretores espalhados em todo o Brasil e, em especial, no sertão Alagoano. E todas essas facilidades aliadas à falta de transparência no momento da abordagem do idoso, a inexistência de informações adequadas acabam por iludir muitos aposentados e pensionistas a adquirirem empréstimos, seguros de vida e outros produtos e serviços sob condições desvantajosas, obscuras, abusivas ou eventualmente sem que nem mesmo tenham a ideia do que estão assinando e contratando, levando essas pessoas hipervulneráveis, na prática, a contrair dívidas que, com o passar do tempo, tornam-se impagáveis, causando um superendividamento e comprometendo a sua subsistência.

Sobre essa problemática, CLÁUDIA LIMA MARQUES adverte que:

"Este grupo de pessoas (idosos, crianças e adolescentes, índios etc.) que têm sua situação agravada por sua própria natureza, quando figuram como consumidoras, são consideradas hipervulneráveis".

Com base em tal cenário, tornou-se necessário um olhar diferenciado, mais direto sobre a situação de idosos superendividados." (*in* Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais. 5ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 41).

Feitas essas considerações que reputo importantes, e voltando à análise das provas dos autos, **resta evidente que a negligência e responsabilidade da instituição financeira no caso em exame é ainda maior, porquanto nenhum**



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Água Branca
Rua Barão de Água Branca, s/nº, Centro - CEP 57490-000, Fone: 3644-1338, Água Branca-AL - E-mail:
aguabranca@tjal.jus.br

contrato assinado foi apresentado, denotando assim a ausência de manifestação de vontade da parte autora em realizar o suposto negócio jurídico.

Ora, ausente a manifestação de vontade da parte autora, o negócio jurídico deve ser reputado inexistente/nulo entre as partes, sem possibilidade de gerar quaisquer obrigações para a parte demandante.

Nesses termos, a declaração da nulidade do suposto contrato de empréstimo consignado é medida que se impõe.

II - Da Repetição do Indébito. Caracterização da má-fé. Pagamento em dobro.

Comprovada a ilicitude do negócio jurídico e declarada a sua nulidade, é corolário lógico que as cobranças ou descontos realizados em seu benefício previdenciário foram indevidos e causaram um prejuízo à parte requerente, impondo-se, *in casu*, a repetição do indébito.

Nos termos do parágrafo único, do art. 42 do CDC: “*O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.*”

Nessa linha, reconhecida a não realização do empréstimo combatido pela parte autora, deve a mesma ser restituída pelo valor descontado indevidamente em seu benefício previdenciário, sendo este representado pelo somatório das parcelas descritas na inicial e aquelas cujos descontos prosseguiram no decorrer deste feito.

No caso em apreço, entendo que a repetição dessas quantias indevidamente pagas deve se dar em dobro, pois o fato da parte ré não ter apresentado qualquer contrato supostamente assinado pelo autor ou até por um terceiro fraudador, além de não ter tido nenhum depósito do suposto empréstimo na conta do consumidor, denota a **má-fé ou culpa grave** da instituição financeira em proceder com tais descontos, ainda mais em se tratando de consumidor flagrantemente **hipervulnerável**, a exigir maiores cautelas da instituição financeira antes de efetuar os referidos descontos.

Nesse mesmo rumo, *mutatis mutandis*, colhe-se os seguintes precedentes na jurisprudência dos Tribunais:

ACÇÃO DE RECONHECIMENTO DE INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO CUMULADA COM DANOS MORAIS E MATERIAIS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO COM PARCELAS DESCONTADAS EM PROVENTOS DE APOSENTADORIA. PESSOA ANALFABETA. INOBSERVÂNCIA À EXIGÊNCIA LEGAL REFERENTE À PROCURADOR CONSTITUÍDO POR MEIO DE INSTRUMENTO PÚBLICO QUE ASSINE A ROGO. TESTEMUNHAS NÃO IDENTIFICADAS. NEGÓCIO NULO. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS. DEVIDA A RESTITUIÇÃO EM DOBRO DOS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE.



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Água Branca
Rua Barão de Água Branca, s/nº, Centro - CEP 57490-000, Fone: 3644-1338, Água Branca-AL - E-mail:
aguabranca@tjal.jus.br

1. Não obstante as exigências legais para a contratação com pessoa analfabeta atinentes a procuração pública do mandatário que deverá assinar a rogo, bem como a subscrição por duas testemunhas, o documento apresentado pelo apelante como sendo o instrumento firmado com a apelada (fls. 59/65) traz apenas as supostas impressões digitais desta e as rubricas de duas testemunhas, sem identificação de seus nomes ou CPFs. 2. Consectário lógico da nulidade constatada é a conclusão de que se fazem devidas à recorrida as indenizações moral e material advindas de tal circunstância. 3. O montante de R\$5.000,00 (cinco mil reais) arbitrados em primeiro grau apresenta-se em consonância com o praticado por esta Corte de Justiça em casos análogos, não comportando redução. 4. Danos materiais que devem corresponder à restituição em dobro dos valores indevidamente descontados da apelada, ante a má-fé que se encontra configurada no fato de que, mesmo ciente das exigências legais a serem observadas quanto à contratação com pessoa analfabeta, o recorrente as ignorou, resultando em prejuízo inconteste para a recorrida. 5. Juros de mora e correção mora correção monetária fixados de ofício em razão de ter sido silente a sentença a esse respeito, tendo em vista se tratar de matéria de ordem pública. **RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. (TJAL, Processo Nº 0700078-63.2014.8.02.0055; Relator (a): Des. Klever Rêgo Loureiro; Comarca: Foro de Santana do Ipanema; Órgão julgador: 2ª Câmara Cível; Data do julgamento: 05/06/2019) - grifo nosso**

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DESCONTO DE SEGURO DE VIDA EM CONTA CORRENTE NÃO CONTRATADO PELO AUTOR. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM MANTIDO. RECURSO DESPROVIDO. Evidenciada a má prestação de serviço bancário ao debitar-se em conta corrente seguro não contratado, incide-se, consequentemente, a regra do art. 42, parágrafo único, do CDC. A compensação pelo dano moral deve corresponder à realidade dos fatos trazidos a lume e deve objetivar a reparação dos prejuízos da vítima, bem como evitar a prática reiterada dos atos lesivos. 4. Recurso desprovido. (TJ-AC, Processo nº 00138518520128010001, Relator: Júnior Alberto, Data de Julgamento: 05/12/2014, Segunda Câmara Cível) – grifo nosso

In casu, restou comprovado pelo documento de fl. 16 que a partir de **06/2015** iniciaram-se os descontos mensais da quantia de **R\$ 140,00** (cento e quarenta reais), tendo cessado tais descontos apenas em **maio de 2021**, considerando que a tutela provisória para suspender os descontos não foi deferida e o processo está sendo julgado na presente data.

Nesse sentido, verifica-se que são 72 meses de descontos irregulares (72 x R\$ 140,0 = R\$ 12.780,00 x dobro è R\$ 25.560,00), de sorte que a parte faz jus a receber de volta a quantia de **R\$ 25.560,00 (vinte e cinco mil e quinhentos e sessenta reais)**, devidamente atualizada monetariamente e com juros de mora.



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Água Branca
Rua Barão de Água Branca, s/nº, Centro - CEP 57490-000, Fone: 3644-1338, Água Branca-AL - E-mail:
aguabranca@tjal.jus.br

III - Dos Danos Morais

Do mesmo modo, deve, ainda, a instituição financeira demandada ser responsabilizada pelo ressarcimento pelo dano extrapatrimonial suportado pela autora.

Ora, diante da privação de parte de sua aposentadoria, por período significativamente longo e com valor bastante considerável, com o transtorno e estresse decorrente da tentativa de solver o problema e reaver os valores indevidamente descontados, penso que a situação ultrapassa a seara dos meros aborrecimentos ou simples dissabores do cotidiano (estes sim não indenizáveis!), configurando verdadeiro dano moral passível de indenização, notadamente porque houve verdadeira desconsideração para com a pessoa do idoso/consumidor.

O nexo de causalidade, tal como no dano material, é da própria essência do ocorrido, pois o dano moral sofrido pelo promovente ocorreu devido ao ato ilícito da parte promovida, a qual efetivou descontos indevidos em seu benefício previdenciário.

A indenização por danos morais se justifica, também e principalmente, em razão da aplicação da função dissuasória da responsabilidade civil. A conduta da ré não pode passar incólume, notadamente em razão da desídia da demandada em descontar indevidamente valores do benefício da demandante.

Até porque, há que se ressaltar que a demandada tem o dever de proporcionar aos seus clientes medidas de segurança efetivas que impeçam a ocorrência de fraudes em prejuízo dos clientes e se tais fatos vêm a ocorrer não se pode afastar a responsabilidade da instituição bancária, tendo em vista a responsabilidade objetiva que a ela se impõe na prestação de serviços (art. 14, § 3º, do CDC), bem como da falta de comprovação de que o cliente tenha agido culposa ou dolosamente para a ocorrência do fato.

A jurisprudência é pacífica quanto à obrigação de indenizar da instituição financeira em caso de descontos indevidos. A propósito, *mutatis mutantis*, confira-se os seguintes julgados:

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO. DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO E EM CONTA CORRENTE. COMPROMETIMENTO SIGNIFICATIVO DOS RENDIMENTOS DO CONSUMIDOR. PROBABILIDADE DO DIREITO E RISCO DE DANO IRREPARÁVEL CARACTERIZADOS. TUTELA DE URGÊNCIA CONCEDIDA. I. O mecanismo do desconto em folha de pagamento ou em conta corrente favorece ambos os contratante, haja vista que torna a concessão do crédito menos onerosa e representa fórmula segura de adimplimento. II. A partir do momento em que os descontos passam a comprometer a própria subsistência do consumidor, ante a ausência de uma limitação convencional, a situação de abuso transparece inequívoca e não pode ser judicialmente chancelada. III. Mesmo cláusula contratuais intrinsecamente válidas podem encerrar ou propiciar excessos por parte



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Água Branca
Rua Barão de Água Branca, s/nº, Centro - CEP 57490-000, Fone: 3644-1338, Água Branca-AL - E-mail:
aguabranca@tjal.jus.br

do fornecedor e, assim, violar o direito básico do consumidor de ser protegido contra práticas ou cláusulas abusivas impostas no fornecimento de produtos ou serviços, na esteira do que estatui o artigo 6º, inciso IV, do Código de Defesa do Consumidor. IV. Ingressa no terreno do abuso a prática contratual que, mesmo lastreada em cláusula lícita, deixa de exprimir um modelo eficiente de pagamento e passa a legitimar a ruína financeira do consumidor, máxime quando isso podia ser aferido caso o fornecedor exercesse com retidão o dever de informação que lhe é imposto pelo Estatuto Protecionista. V. Ainda que em tese a cláusula de desconto em conta corrente seja legítima, a ausência de qualquer contenção revela-se iníqua e abusiva porque coloca o consumidor em situação de extrema vulnerabilidade, circunstância que o artigo 51, inciso V, da Lei nº 8.078/90, assimila irreparável ou de difícil reparação, defere-se a tutela de urgência para limitar em 30% os descontos em conta corrente para o empréstimo bancário. VII. Recurso conhecido e provido." (TJDF, Processo nº 0034467-77.2016.8.07.0000, j. 1/02/2017) - grifo nosso

Quanto ao critério para o arbitramento do valor do dano moral, é cediço que o Superior Tribunal de Justiça consagrou da fixação equitativa, devendo se considerar a repercussão ou extensão do prejuízo moral causado à vítima, a possibilidade econômica do ofensor, sem prejuízo do caráter pedagógico que deve ter a quantia arbitrada. Assim, ao definir o valor da indenização, o julgador deve atender aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, visto que a indenização deverá ser proporcional ao dano sofrido (art. 944 do Código Civil), pois o objetivo é compensar a vítima pela lesão à integridade moral, não se permitindo que o dano seja fonte de lucro, bem como inibir a repetição de conduta ilícita, donde exsurge o seu caráter pedagógico.

Desse modo, analisando as particularidades do caso em exame, considerando as causas e consequências do ato ilícito, a parte requerida deve ser condenada a pagar a quantia de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)** à parte autora a título de compensação pecuniária pelos danos morais suportados, quantia esta que entendo justa e razoável para sancionar a conduta indevida do agente causador do dano, para que não volte a adotá-la e, ao mesmo tempo compensar os transtornos impostos à vítima, sem implicar enriquecimento indevido.

IV – Do pedido contraposto

Por fim, quanto ao pedido contraposto, não há como acolher uma vez que a parte demandada não apresentou qualquer prova de que houve a transferência de numerário para a conta da parte autora, logo, esta não poderá ser obrigada a restituí-lo.

Destaco, nesse particular, que é ônus do réu comprovar a efetiva transferência, não constituindo o requerimento ao Juízo para emissão de ofício à instituição financeira meio idôneo de prova, pois não cabe ao Poder judiciário se substituir ao interessado na produção probatória, que deve respeitar as regras do art. 373 do CPC.



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Água Branca
Rua Barão de Água Branca, s/nº, Centro - CEP 57490-000, Fone: 3644-1338, Água Branca-AL - E-mail:
aguabranca@tjal.jus.br

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fulcro no art. 485, I, do Código de Processo Civil, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pleito autoral, extinguindo a fase cognitiva com resolução do mérito, para:

- a) **DECLARAR** a inexistência da relação jurídica representada pelo contrato de empréstimo consignado nº 804247572, vinculado ao benefício previdenciário da autora;
- b) **CONDENAR** a parte ré a pagar à parte autora, a título de repetição de indébito, o valor de **25.560,00 (vinte e cinco mil e quinhentos e sessenta reais)**, acrescido de correção monetária pelo índice INPC, a partir do ajuizamento da demanda, e com juros moratórios no percentual de 1% ao mês a partir da citação;
- c) **CONDENAR** a instituição financeira ré a pagar à parte autora, o valor de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)**, a título de reparação por danos morais, corrigidos monetariamente pelo INPC desde a data do seu arbitramento (Súmula 362 do STJ), além de juros legais de 1% ao mês, contados a partir do evento danoso (data do primeiro desconto irregular), nos termos da Súmula STJ nº 54.

Deixo de condenar nas custas e honorários advocatícios sucumbenciais, em razão do quanto exposto no art. 55 da Lei nº 9.099/95.

PROVIDÊNCIAS CARTORÁRIAS

1. **Intimem-se** as partes (via DJe).
2. **Oficie-se** à Diretoria de Benefícios - Dirben do INSS, localizada no Setor de Autarquias Sul, Quadra 02 -- Bloco O - 8º andar, Brasília-DF, CEP 70070-946 (e-mail: dirben@inss.gov.br), para tomar ciência da presente sentença, adotando as medidas administrativas que entender cabíveis, conforme recomenda o art. 52, I, "b" da Instrução Normativa do INSS nº 28/2008.
3. **Oficie-se** ao PROCON do Estado de Alagoas, comunicando o teor da presente sentença, para que sejam aplicadas, conforme o caso, eventuais sanções administrativas ao réu, nos termos do art. 56 do Código de Defesa do Consumidor.
4. Acaso interposto **recurso nominado** tempestivamente, e recolhido o preparo, se for o caso, intime-se a parte recorrida para oferecer contrarrazões no prazo legal (art. 42, § 2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o transcurso do prazo legal, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à **Turma Recursal** independentemente de novo despacho.
5. Não havendo interposição de recurso dentro do prazo legal, certifique-



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Água Branca
Rua Barão de Água Branca, s/nº, Centro - CEP 57490-000, Fone: 3644-1338, Água Branca-AL - E-mail:
aguabranca@tjal.jus.br

se nos autos o **trânsito em julgado**.

6. Caso haja o **pagamento espontâneo** da obrigação, expeça-se o competente **alvará para levantamento dos valores**. Por outro lado, não satisfeito o direito da parte demandante, havendo solicitação, inicie-se a fase de cumprimento da sentença/execução.

7. Após adotadas todas as providências supra, não havendo requerimentos e incidentes pendentes de análise, **arquivem-se** os autos, observando-se, todavia, as recomendações delineadas nos arts. 483 a 485 do Provimento CGJ nº 15/2019.

Expedientes necessários. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Água Branca, 04 de agosto de 2021.

Marcos Vinícius Linhares Constantino da Silva
Juiz de Direito